

CÂMARA MUNICIPAL



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

1246

PROCESSO Nº 009/95

PROJETO Nº 009/95

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO "Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 150.000,00, destinado à execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré Escolar, conforme convênio nº 08/94, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação no Projeto "Inovações do Ensino Básico."

1246/95

DIGITALIZADO
POR OK



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 009/95

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 150.000,00, destinado à execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar, conforme Convênio nº 08/94, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, no Projeto "Inovações do Ensino Básico")

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado à execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar, objeto do Convênio nº 08/94, firmado com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, no Projeto "Inovações do Ensino Básico", autorizado pela Lei Municipal nº 1.160, de 06 de outubro de 1993.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recurso proveniente de anulação parcial da dotação orçamentária consignada conforme classificações Econômica 4110 (obras e instalações) e Funcional Programática 08411901.008 (obras de pré-escola), vinculadas à Unidade de Despesa 09.01 - Secretaria de Educação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 13 de março de 1995.

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 09/95

Itapevi, 13 de março de 1995

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 150.000,00, destinado à execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar, conforme Convênio nº 08/94, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, no Projeto "Inovações do Ensino Básico".

Para viabilizar correta análise da propositura, esclareço que o orçamento vigente consignou dotação destinada à execução do projeto em tela, conforme autorização fornecida pela Lei Municipal nº 1.160, de 06 de outubro de 1993 (cópia anexa), vinculada à Unidade de Despesa 09.01 - Secretaria Municipal de Educação, na classificação Econômica 4110 - obras e instalações e Funcional Programática 08411901.008 - obras de Pré-Escola.

Ocorre que, à época do encaminhamento da proposta orçamentária do exercício 1995, não obstante estar aprovado o projeto por parte da Secretaria de Estado da Educação, fato que determinou a inclusão do projeto no orçamento em vigor, o instrumento de convênio não havia sido firmado (anexo cópia do Termo de Convênio nº 08/94, firmado em 22 de setembro de 1994, respectivo Termo de Reti-Ratificação, firmado em 13 de outubro de 1994, e Cronograma de Parcelas de Adiantamento), motivo porque o projeto foi incluído na mesma dotação que os demais projetos relativos à obras de Pré-Escola realizados pelo Município.

Com a instrumentalização do convênio, todavia, restou detalhado, pela Secretaria de Estado da Educação, que o projeto em tela deverá ser inserido em dotação orçamentária específica, ainda que a Prefeitura se responsabilize por quarenta por cento (40%) das despesas e o Estado por sessenta por cento (60%), para fins de prestação de contas.

Assim sendo, a abertura de Crédito Especial se faz necessária para viabilizar a existência, no orçamento, de dotação específica destinada ao convênio, cuja cobertura será realizada pela anulação parcial da dotação orçamentária hoje existente para idêntica finalidade, que



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

engloba, todavia, diversos outros projetos de interesse da comunidade na área em questão, cuja execução será mantida no cronograma estabelecido.

Impende esclarecer, ainda, que a propositura autoriza crédito especial de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) visando possibilitar cobertura de despesas a maior que as mencionadas no instrumento de convênio, no total de R\$ 97.912,00 (noventa e sete mil, novecentos e doze reais), visto que, conforme informação da Secretaria de Estado da Educação às Secretarias Municipais de Obras e de Desenvolvimento Urbano, em razão do tempo decorrido deverá haver reformulação no valor estabelecido.

Esclareço, finalmente, que, conforme orientação da Secretaria de Estado da Educação, a regularização orçamentária é requisito essencial para prosseguimento do convênio, motivo porque solicito seja a apreciação formulada em sentido de urgência, de acordo com a prerrogativa inserida no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOAO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

RECEBEMOS

13 / 03 / 95

SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.160 DE 06 DE Outubro DE 1.993

(Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando a execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar).

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando a conjugação de esforços no sentido de implantar e desenvolver, no Projeto "Inovações do Ensino Básico" o Programa de Apoio à Pré-Escola, nas condições definidas no Decreto nº 36.054, de 13 de novembro de 1992.

ART.2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do convênio referido no artigo 1º.

ART.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, 06 de Outubro de 1.993.

JOÃO CARLOS CAMEZ

-Prefeito-

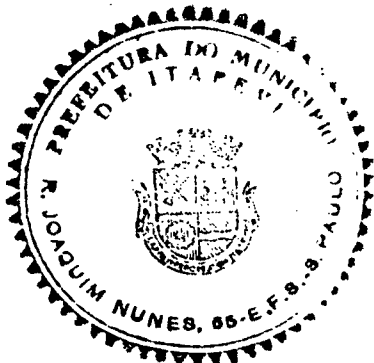
DR. SÉRGIO BOSSAM

Sec.Neg.Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 06 de outubro de 1.993.

ADALFREDO DE CASTRO DA SILVA

-Assessor Chefe-

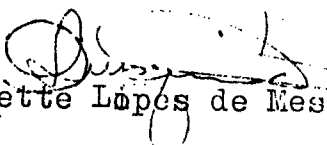


Certidão:

Certifico que, esta Lei
nº 1.160/93-foi Registra
da em data de 06-04-94- -
Sobre nº 2.399- fls.94- -
do Livro n) 02/94.

O referido e verdade e
dou fé.

Cotia, 06 de abril de 1.994


Odette Lopes de Mesquita
escrivã.-

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
COTIA DE COTIA
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Dr. João Pedroso, 1691

Odette Lopes de Mesquita
Escrivã

Maria Aparecida Mesquita Rubi Guimarães
Oficial Maior

Aldemecy Altina Muniz Souza
Escrivento Autorizada



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS ACORDADOS COM O BANCO MUNDIAL

Como parte dos recursos destinados à implementação do Plano Municipal é proveniente do contrato de empréstimo celebrado entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, este convênio rege-se, também, pelos procedimentos fixados naquele contrato de empréstimo, especialmente no que concerne à observância de "Normas para Aquisição de Bens e Serviços", respeitada a legislação municipal, "Fluxo de Recursos", "Sistemática de Desembolso e Diretrizes para a Auditoria dos Recursos Investidos", documentos estes que passam a fazer parte deste convênio.

Parágrafo Único - Os atos convocatórios de licitação e termos de contrato ou instrumentos equivalentes deverão ser previamente examinados e aprovados pela Secretaria.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS ATIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS EM COOPERAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

As atividades incluídas no Plano Municipal com execução a cargo de Organizações Não Governamentais - ONG, serão objeto de termo de convênio a ser celebrado entre o Município e a ONG, o qual deverá ser previamente aprovado pela Secretaria, através da Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES

I - Da Secretaria

a) alocar os recursos previstos do Plano Municipal durante o prazo de vigência do contrato de Empréstimo 3375-BR; e



ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 08/94

Termo de Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, e o Município Itapevi objetivando a execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar.

(Processo nº 001028/93-SE)

O Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, doravante denominada "Secretaria", por seu Titular, CARLOS ESTEVAM MARTINS devidamente autorizado pelo Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 36.054, de 13 de novembro de 1992, e o Município de Itapevi doravante denominado "Município", representado pelo Prefeito Municipal, Senhor JOÃO CARLOS CARAMEZ, autorizado pela Lei Municipal nº 1.160 de 06/10/93, têm justo e acordado celebrar o presente convênio na forma e condições das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar elaborado pelo Município e que passa a fazer parte integrante deste acordo.



ESTADO DE SÃO PAULO

b) acompanhar e fiscalizar, direta ou indiretamente, a execução do Plano Municipal.

II - Do Município

a) alocar os recursos previstos para execução do Plano Municipal;

b) executar o objeto do Plano Municipal, com observância de todas as cláusulas deste convênio; e

c) prestar contas parciais e final na forma convencionada neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA

DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL

O Plano Municipal deverá ser implementado no prazo de 6 (seis) anos, sob a coordenação da Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, instituída pelo Decreto nº 33.918, de 9 de outubro de 1991.

CLÁUSULA SEXTA

DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS PARA O PRESENTE EXERCÍCIO

As atividades constantes do Plano Municipal serão executadas com recursos:

I - da Secretaria

recursos de origem estadual..... R\$ 58.747,00

II - do Município

recursos de origem municipal..... R\$ 39.165,00

recursos captados..... nihil

Total..... R\$ 39.165,00



ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Primeiro - Dos Recursos da Secretaria e do Município:

Os recursos da Secretaria no presente exercício correrão à conta de dotações consignadas conforme Classificações Econômica 43.23.00 e 32.23.30 e Funcional Programática..... 08.42.1881.400.0001, vinculadas à Unidade de Despesa 08.01.01 - Gabinete do Secretário e os do Município à conta de dotações consignadas no Orçamento Municipal.

Os recursos relativos aos exercícios seguintes correrão à conta de dotações consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias e especificadas mediante termo de aditamento a este convênio:

Parágrafo Segundo - Do Plano de Aplicação

Os recursos da Secretaria previstos nesta cláusula serão aplicados, pelo Município, segundo o seguinte Plano de Aplicação:

Despesas Correntes

Treinamento de Pessoal.....	nihil
Material de Consumo.....	nihil
Remuneração de Serviços Pessoais.....	nihil
Outros Serviços e Encargos.....	R\$ 2.949,00

Despesas de Capital

Obras, Instalações e Equipamentos.....	R\$ 55.798,00
--	---------------

CLÁUSULA SÉTIMA DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS DA SECRETARIA

A transferência dos recursos da Secretaria será efetuada através de depósito em conta específica aberta pelo Município no Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA, identificada com o número deste convênio.



ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único - No período entre a transferência dos recursos e a sua disponibilidade, o Município deverá aplicá-los no mercado de capitais por meio do Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA, e a empregar os respectivos rendimentos na execução do Plano Municipal.

CLÁUSULA OITAVA DO CRONOGRAMA FINANCEIRO

A transferência parcelada dos recursos da Secretaria, vinculada à vigência do Contrato 3375-BR, observará o seguinte:

- a) a 1ª parcela constante do Plano Municipal dentro de 7 dias da publicação no D.O. do extrato deste convênio;
- b) as demais parcelas, exceto a última, após a aprovação, pela Secretaria, da prestação de contas relativa à parcela anterior;
- c) a transferência da última parcela far-se-à por reembolso, pela Secretaria, da prestação de contas respectiva.

Parágrafo Primeiro - O parcelamento referente ao presente exercício é o seguinte:

- 1ª parcela no valor de R\$ 5.958,00
- 2ª parcela no valor de R\$ 24.719,00
- 3ª parcela no valor de R\$ 28.070,00

Parágrafo Segundo - A cada ano, dentro do prazo previsto no Protocolo de Cooperação Mútua, o Município deverá submeter à aprovação da Secretaria o parcelamento pretendido para o exercício seguinte.



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA NONA

DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

As atividades constantes do Plano Municipal com implementação prevista para o presente exercício serão iniciadas em 01/07/94 e concluídas em 31/12/94 de acordo com as etapas do seguinte cronograma:

a) 1ª etapa, com início em 01/07/94 e conclusão em 30/09/94, compreendendo as atividades da primeira fase do Projeto Arquitetônico;

b) 2ª etapa, com início em 01/10/94 e conclusão em 30/11/94, compreendendo as atividades de gerenciamento e de início das obras;

c) 3ª etapa, com início em 01/12/94 e conclusão em 31/12/94, compreendendo atividades de gerenciamento e de obras;

d) e assim sucessivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

O Município deverá prestar contas dos recursos recebidos e de sua aplicação, na forma da legislação que rege tais comprovações, obrigando-se, ainda, a identificar a documentação com o número deste convênio e arquivá-la no respectivo órgão de contabilidade, para ficar à disposição dos auditores indicados pela Secretaria.

Parágrafo único - Serão glosadas as despesas realizadas em desacordo com o objeto deste convênio e das normas aplicáveis, bem como aquelas efetivadas antes da sua vigência e as decorrentes de multas, juros e correção monetária referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora do prazo, obrigando-se o Município a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias à conta específica aberta, os recursos relativos às despesas glosadas, devidamente corrigidos.



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS PRESTAÇÕES PARCIAIS DE CONTAS

O Município deverá apresentar à Secretaria, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, prestação de contas parciais até 15 (quinze) dias após a realização de cada pagamento, instruídas com demonstrações financeiras para acompanhamento e controle das aplicações e do fluxo dos recursos, inclusive avaliação dos resultados, compreendendo:

- a) balancete financeiro;
- b) relação dos pagamentos efetuados;
- c) cópia do extrato da conta bancária, quando for o caso;
- d) conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
- e) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- f) comprovantes de recolhimento de saldo, se houver;
- g) cópia do julgamento do procedimento licitatório e da respectiva homologação, acompanhada da prévia autorização emitida pela UGP para realizar a licitação;
- h) cópia dos contratos ou de outros instrumentos firmados com terceiros;
- i) cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando for o caso;
- j) demonstrativos da aplicação de recursos próprios, quando for o caso;
- l) relatório do andamento físico das obras e serviços em execução;
- m) declaração de gastos separando na despesa o valor principal do valor do reajuste.



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA PRESTAÇÃO FINAL DE CONTAS

O Município deverá apresentar à Secretaria, por meio da UGP, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão do objeto deste convênio, prestação final de contas, detalhada e circunstanciada, comprovando, inclusive, o recolhimento de saldo porventura existente, instruída com as seguintes informações relativas à última parcela liberada:

- a) balancete financeiro;
- b) relação dos pagamentos efetuados;
- c) cópia do extrato da conta bancária, quando for o caso;
- d) conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
- e) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- f) comprovantes de recolhimento de saldo, se houver;
- g) cópia do julgamento do procedimento licitatório e da respectiva homologação, acompanhada da prévia autorização emitida pela UGP para realizar a licitação;
- h) cópia dos contratos ou de outros instrumentos firmados com terceiros;
- i) cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando for o caso;
- j) comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS E DA AVALIAÇÃO

O Município, em colaboração com a Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, elaborará relatórios trimestrais e



ESTADO DE SÃO PAULO

final avaliando desempenhos e resultados alcançados, e os enviará à apreciação da Secretaria, de acordo com o pactuado no protocolo de cooperação mútua celebrado entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA SUPERVISÃO E DO MONITORAMENTO

A Secretaria, através da Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP, elaborará anualmente relatórios de supervisão e monitoramento da implementação do Plano Municipal, indicando correções para os desvios identificados.

Parágrafo único - Os relatórios servirão de base à elaboração de propostas orçamentárias relativas à alocação de recursos para a continuidade da implementação do Plano Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS BENS

Os bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos provenientes deste convênio serão incorporados ao patrimônio do Município, vinculada a sua utilização às atividades relacionadas com os objetivos do Plano Municipal, sob pena de incorporação ao patrimônio do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

Este convênio poderá ser alterado pelos signatários, por meio de termos de aditamento para adequações financeiras e/ou eventuais ajustes de execução do Plano Municipal, desde que não ocasionem modificações do objeto do acordo e sejam necessárias à continuidade de sua implementação.



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes mediante comunicação prévia de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, ou rescindido por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, sem prejuízo das responsabilidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA VIGÊNCIA

Este convênio terá a vigência até 6 (seis) anos, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste convênio que não possam ser resolvidas pelos partícipes, fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DOS ANEXOS

Fazem parte integrante deste Convênio como seus anexos indissociáveis:

- Anexo I - Plano Municipal (Aprovado);
- Anexo II - Documentos Relativos ao BIRD:
 - a) Contrato de Empréstimo nº 3375-BR;
 - b) Diretrizes para Aquisições sob Empréstimos do Banco Mundial e Créditos da IDA (1985);



ESTADO DE SÃO PAULO

c) Diretrizes para Emprego de Consultores pelos Tomadores de Empréstimos do Banco Mundial e pelo Banco Mundial com Agência Executora (1981);

d) Manual de Desembolsos; e

e) Relatórios Financeiros e Auditoria em Projetos financiados pelo Banco Mundial (1982).

E, por se acharem assim ajustados, firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo arroladas.

São Paulo, 22 de setembro de 1991

CARLOS ESTEVAM MARTINS

Secretário de Estado da Educação de São Paulo

JOÃO CARLOS CARAMEZ

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:



ESTADO DE SÃO PAULO

Termo de Reti-Ratificação ao Termo de Convênio nº 08/94 celebrado em 22/09/94, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e o Município de Itapevi, objetivando a execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar.

(Processo nº 1028/93 - SE).

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, doravante denominada "SECRETARIA", por seu Titular, CARLOS ESTEVAM MARTINS devidamente autorizado pelo Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 36.054, de 13 de novembro de 1992, e o Município de Itapevi, doravante denominado "MUNICÍPIO", representado pelo Prefeito Municipal, Senhor JOÃO CARLOS CAMEZ, autorizado pela Lei Municipal nº 1160 de 06 de outubro de 1993, têm justo e acordado celebrar o presente Termo de Reti-Ratificação na forma e condições das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA RETIFICAÇÃO

O presente Termo objetiva retificar o Convênio firmado para execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar, com a finalidade de estabelecer as atividades a serem desenvolvidas e os recursos financeiros a serem aplicados no exercício de 1994, conforme se segue.



ESTADO DE SÃO PAULO

- A Cláusula Oitava - Do Cronograma Financeiro, passa a ter a seguinte redação:

" A transferência parcelada dos recursos da Secretaria, vinculada à vigência do Contrato 3375 - BR, observará o seguinte:

a) a 1ª parcela constante do Plano Municipal dentro de 7 dias da publicação no D.O. do extrato deste convênio;

b) as demais parcelas, exceto a última, após a aprovação, pela Secretaria, da prestação de contas relativa à parcela anterior;

c) a transferência da última parcela far-se-à por reembolso, pela Secretaria, da prestação de contas respectiva.

Parágrafo Primeiro - O parcelamento referente ao presente exercício é o seguinte:

- 1ª parcela no valor de R\$ 5.958,00
- 2ª parcela no valor deR\$ 24.719,00
- 3ª parcela no valor deR\$ 28.070,00

Parágrafo Segundo - A cada ano, dentro do prazo previsto no Protocolo de Cooperação Mútua, o Município deverá submeter à aprovação da Secretaria o parcelamento pretendido para o exercício seguinte."

- A Cláusula Nona - Do Cronograma de Execução, passa a ter a seguinte redação:

" As atividades constantes no Plano Municipal com implementação prevista para o presente exercício serão iniciadas em 17/10/94 e concluídas em 31/12/94 de acordo com as etapas do seguinte cronograma:



ESTADO DE SÃO PAULO

a) 1ª etapa, com início em 17/10/94 e conclusão em 31/10/94, compreendendo as atividades do projeto arquitetônico;

b) 2ª etapa, com início em 01/11/94 e conclusão em 30/11/94, compreendendo as atividades de gerenciamento e obras;

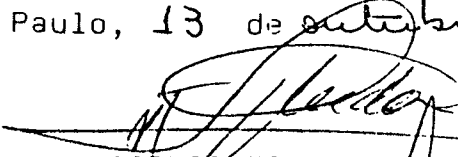
c) 3ª etapa, com início em 01/12/94 e conclusão em 31/12/94, compreendendo as atividades de gerenciamento e obras."

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

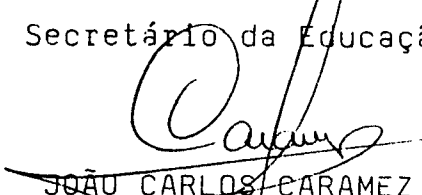
Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Convênio ora reti-ratificado.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo assinados.

São Paulo, 13 de outubro de 1994


CARLOS ESTEVAM MARTINS
Secretário da Educação

Euclides Mideki Nadea
Secretário Adjunto


JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito Municipal de Itapevi

TESTEMUNHAS:





CRONOGRAMA DE PARCELAS DE ADIANTAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Projeto Inovações no Ensino Básico - IEB

Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP

PRÉ-ESCOLA ANO DE 1994

MUNICÍPIO: ITAPEVI

Protocolo de Cooperação Nº: 08/93

Início: Outubro/94 Término: Março/95

(valores em R\$)

PARCELAS			1ª	2ª	3ª	TOTAL
MES DE REALIZAÇÃO			OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	PROPOSTO E
Nº/NOME PROPOSTA	TIPO	SALAS	CUSTO	CUSTO	CUSTO	TOTAL/ANO
JARDIM AMADOR BUENO	ON	6	9.930	41.198	46.783	97.912
TOTAIS SALAS E CUSTO		6	9.930	41.198	46.783	97.912

VALOR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5.958	24.719	28.070	58.747
VALOR DA PREFEITURA	3.972	16.479	18.713	39.165

adi-0093.wq1

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

1ª PARCELA - Término do projeto arquitetônico (100%)

conforme Quadro II/94 (Cronograma físico-financeiro)

- Início 17/10/94 - Término 31/10/94

2ª PARCELA - Início do gerenciamento (8%) e Início das Obras (92%)

conforme Quadro II/94 (Cronograma físico-financeiro)

- Início 01/11/94 - Término 30/11/94

3ª PARCELA - Gerenciamento (4%) e Obras (96%)

conforme Quadro II/94 (Cronograma físico-financeiro)

- Início 01/12/94 - Término 31/12/94



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASÍLIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 09/95

SENHOR PRESIDENTE,

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao mérito, a propositura visa autorizar a abertura de um Crédito Adicional no valor de até R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), destinado à expansão do Plano de Educação Pré-Escolar, devendo portanto ser aprovado.

E o parecer.

Sala das Comissões, 14 de março de 1.995.

Comissão 01

Valter Francisco Antônio

João Ferreira do Monte

Norma Lúcia Ribeiro de Souza

Antônio de Souza Farias

Benedicto Vaz Ferreira

Comissão 02

Laerte Casagrande

Maria Ruth Bannholzer

Hermogenes José Sant'Anna

Vital Ponciano dos Reis

José Francisco de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 009/95

Senhor Presidente,

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao mérito, a propositura visa a autorizar a abertura de um Crédito Adicional no valor de R\$ 150.000,00, destinado à expansão do Plano de Educação Pré Escolar, devendo por tanto ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, 14 de março de 1.995

Comissão nº 01


Valter Francisco Antonio


João Ferreira do Monte

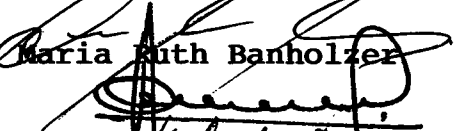

Norma Lucia Ribeiro de Souza


Antonio de Souza Farias


Benedito Vaz Ferreira

Comissão nº 02


Laerte Casagrande


Maria Ruth Banholzer


Hermogenez José Sant'Anna


Vital Ponciano dos Reis


José Francisco de Oliveira

Cancelado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 009/95

Senhor Presidente,

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao mérito, a propositura visa a autorizar a abertura de um Crédito Adicional no valor de R\$ 150.000,00, destinado à expansão do Plano de Educação Pré Escolar, devendo por tanto ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, 14 de março de 1.995

Comissão nº 01


Valter Francisco Antonio


João Ferreira do Monte


Norma Lucia Ribeiro de Souza

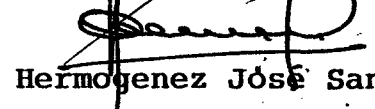

Antonio de Souza Farias


Benedito Vaz Ferreira

Comissão nº 02


Laerte Casagrande


Maria Ruth Banholzer


Hermogenez José Sant'Anna


Vital Ponciano dos Reis


José Francisco de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

A U T O G R A F O N º 0 0 9 / 9 5

(PROJETO DE LEI Nº 009/95 - DO EXECUTIVO)

A CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, **Aprova a seguinte Lei:**

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 150.000,00, destinado à execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar, conforme Convênio nº 08/94, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, no Projeto "Inovações do Ensino Básico")


Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado à execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar, objeto do Convênio nº 08/94, firmado com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, no Projeto "Inovações do Ensino Básico", autorizado pela Lei Municipal nº 1.160, de 06 de outubro de 1993.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recurso proveniente de anulação parcial da dotação orçamentária consignada conforme classificações Econômica 4110 (obras e instalações) e Funcional Programática 08411901.008 (obras de pré-escola), vinculadas à Unidade de Despesa 09.01 - Secretaria de Educação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Camara Municipal de Itapevi, 15 de março de 1995.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


SERGIO MONTANHEIRO
1º Secretário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.246, DE 23 DE MARÇO DE 1995

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 150.000,00, destinado à execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar, conforme Convênio nº 08/94, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, no Projeto "Inovações do Ensino Básico")

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado à execução do Plano Municipal de Expansão da Educação Pré-Escolar, objeto do Convênio nº 08/94, firmado com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, no Projeto "Inovações do Ensino Básico", autorizado pela Lei Municipal nº 1.160, de 06 de outubro de 1993.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recurso proveniente de anulação parcial da dotação orçamentária consignada conforme classificações Econômica 4110 (obras e instalações) e Funcional Programática 08411901.008 (obras de pré-escola), vinculadas à Unidade de Despesa 09.01 - Secretaria de Educação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 23 de março de 1995.

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.246/95

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 23 de março de 1995.


ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretária de Apoio Administrativo